

## **BNCC, BNC-formação e reforma do ensino médio: o que essas três propostas de alteração curricular têm em comum?**

Henrique Campos Freitas

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Universidade de Uberaba – UNIUBE

Fernanda Júnia Aparecida Teixeira da Conceição

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

### **Resumo**

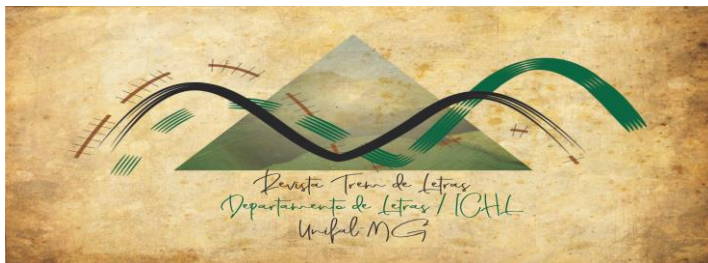
Este artigo observa a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que tem como proposta inicial estabelecer conhecimentos, competências e habilidades aos estudantes, por uma perspectiva crítica, uma vez que por detrás de sua homologação há interesses políticos e econômicos. O objetivo geral é apresentar um panorama sobre a BNCC, a BNC-Formação e a Reforma do Ensino Médio, a fim de estabelecer um paralelo no perfil de docente e discente em formação. Discutimos, também, os principais impactos dessas alterações curriculares para a educação brasileira nos próximos anos, bem como apresentamos a fundamentação teórica sobre o panorama da história e da implementação dessas alterações; possíveis pontos convergentes e os reflexos para o futuro educacional.

**Palavras-chave:** BNCC. BNC-Formação. Reforma do Ensino Médio.

Submetido em: 07/07/2021

Aceito em: 17/03/2022

Publicado em: 08/09/2022



Departamento de Letras  
Instituto de Ciências Humanas e Letras  
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG –  
CEP 317131-001 - Brasil

## Henrique Campos Freitas



Doutorando em Estudos Linguísticos (Universidade Federal de Minas Gerais - POSLIN/UFMG), mestre em Estudos Linguísticos (Universidade Federal de Uberlândia - PPGEL/UFU), especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira (UNINTER), licenciado em Letras-Português e Inglês (Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM) e técnico em Secretariado (SENAC/MG). Tem experiência na área de Linguística e Língua Portuguesa, atuando, principalmente, nos seguintes temas: Análise Crítica do Discurso (ACD), Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), Sistema de Avaliabilidade, Linguística de Corpus (LC), BNCC, Linguística aplicada ao ensino, Educação a distância e Ensino de Língua Portuguesa. Ainda, possui experiência no ensino superior na área de Letras (Linguística e Língua Portuguesa), no ensino fundamental e médio (Língua Portuguesa e Língua Inglesa) e com rotinas administrativas de secretaria escolar.



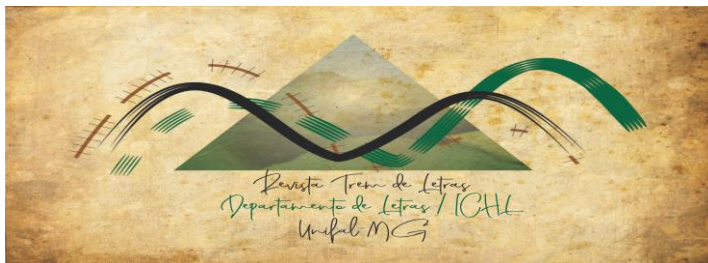
<http://lattes.cnpq.br/6171218212690707>



<https://orcid.org/0000-0002-0308-2895>



Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PosLin – UFMG)



## Fernanda Júnia Aparecida Teixeira da Conceição



Doutoranda em Linguística Aplicada ao Ensino pelo PosLin-UFMG. Mestra em Linguística Aplicada ao Ensino pelo PosLin-UFMG (2018). Estudou como intercambista na Universidade do Minho (Portugal). Graduada em Letras Licenciatura Português (2015) e Letras Licenciatura Espanhol (2016) pela UFMG. Foi professora substituta no IFMG - Campus Avançado Ponte Nova (2020/2021), foi professora substituta do Centro Pedagógico da UFMG (2019/2020); professora de Produção de Texto e de Língua Espanhola no Colégio Noeme Campos (2019), professora bolsista de Língua Portuguesa no Colégio Técnico (COLTEC) da UFMG (2017) e bolsista do CNPQ (2018).



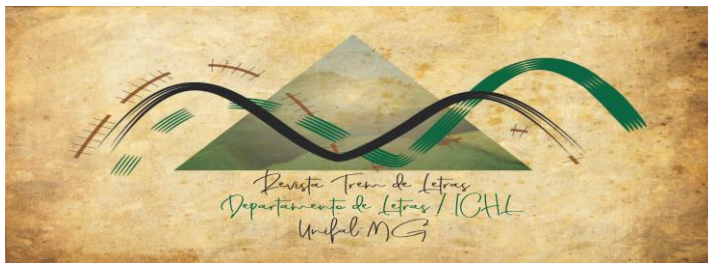
<http://lattes.cnpq.br/4519243420918048>



<https://orcid.org/0000-0002-6006-3244>



[Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos \(PosLin – UFMG\)](#)



## BNCC, BNC-FORMAÇÃO E REFORMA DO ENSINO MÉDIO: O QUE ESSAS TRÊS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO CURRICULAR TÊM EM COMUM?

Henrique Campos Freitas (POSLIN- Universidade Federal de Minas Gerais/Universidade de Uberaba)<sup>1</sup>

Fernanda Júnia Aparecida Teixeira da Conceição (POSLIN- Universidade Federal de Minas Gerais)<sup>2</sup>

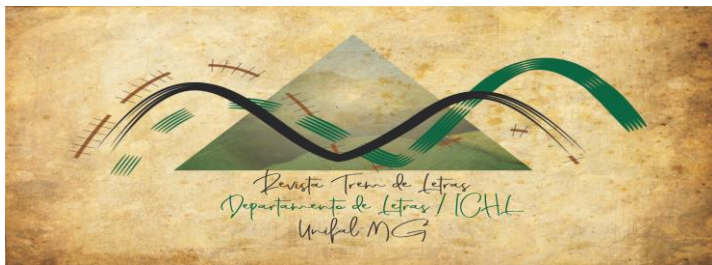
### Considerações iniciais

Em 2014, com a publicação da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, houve a regulamentação de vinte (20) metas para a melhoria da educação básica no Brasil com vigência de dez (10) anos. Dentre elas, quatro (4) trazem questões relacionadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que servirá como balizador na construção curricular e no desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes de todo o país.

Nesse contexto, faz-se importante observar a Base por uma perspectiva crítica, haja vista que é ela quem dita, atualmente, o que e como deve ser ensinado, atendendo às necessidades de uma parcela da sociedade e do contexto político em que estamos vivendo. Isso porque, conforme Aguiar e Dourado (2018, p. 7), “essa BNCC tem sido o carro-chefe das políticas educacionais desenhadas pelo Ministério da Educação, especialmente após o *impeachment* da Presidenta eleita Dilma Rousseff”.

<sup>1</sup> e-mail: henrique1715@gmail.com

<sup>2</sup> E-mail: fernandajatc@gmail.com

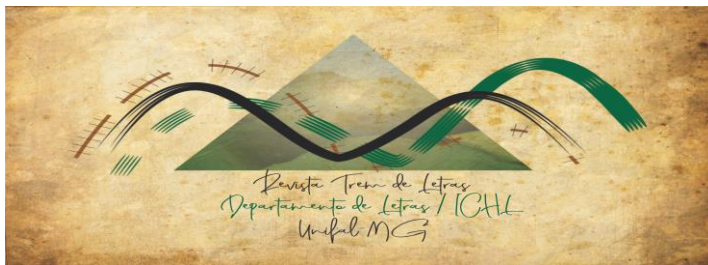


Partindo dessa premissa, é possível observar que por detrás da homologação da Base e de outros documentos dessa mesma natureza, há diversos interesses políticos e econômicos que influenciam diretamente na proposta inicial da BNCC, que é o de estabelecer conhecimentos, competências e habilidades, necessários a todos os estudantes ao longo da escolaridade básica, para o exercício da cidadania e do perfil profissional.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), há significativas mudanças também no Ensino Médio. Essas, por sua vez, estão previstas, como apresentado, desde 2014 com o Plano Nacional de Educação (PNE) por meio das alterações recentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e da elaboração do documento para o Ensino Médio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Ainda conforme o MEC, a proposta do “novo Ensino Médio” considera três importantes desenvolvimentos do estudante: i) o protagonismo do projeto de vida, por meio de uma escolha orientada do que quer estudar, ii) a valorização da aprendizagem com a ampliação da carga horária de estudos e iii) a garantia dos direitos de aprendizagem comum a todos os jovens do país. Porém, como é sabido, esse “novo” está pautado em questões ideológicas, políticas e hegemônicas, pois visa padronizar, estruturalmente, uma educação como nos grandes países (Ex.: Estados Unidos, Finlândia, Xangai e Coreia do Sul).

Nesse viés, segundo Ferretti (2018, p. 26), “a reforma curricular tem por objetivo tornar o currículo mais flexível, para, dessa forma, melhor atender os interesses dos alunos do Ensino Médio”. Ainda, nas palavras do autor, duas justificativas são apresentadas para as mudanças: 1) a baixa qualidade do EM no Brasil e 2) a



necessidade de tornar a educação mais atrativa aos jovens, principalmente após as análises dos índices de grande evasão e reprovação.

Essa novidade, em contrapartida, apresenta a resolução parcial dos problemas porque, em linhas gerais, flexibiliza o currículo que, como mencionado, visa a uma formação profissional, mas suscita velhos impasses, tais como a falta de investimento em infraestrutura adequada às escolas, melhores condições trabalhistas dos professores etc.

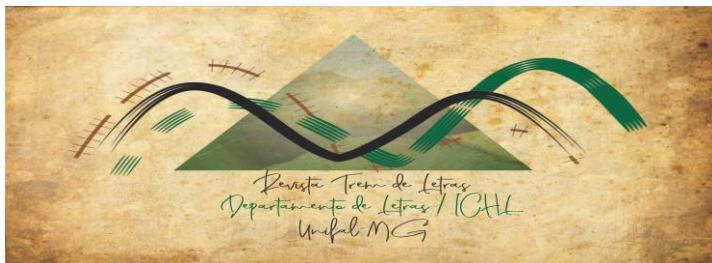
Ainda nesse viés, para o grande índice de evasão e reprovação, deve-se levar em consideração as condições socioeconômicas em que muitos desses jovens, que deveriam cursar o EM, estão. Retomando as palavras de Ferretti (2018, p. 27), isso acontece devido à “necessidade [desses jovens] de contribuir para a renda familiar, além de, premidos pelos constantes apelos da mídia e, por extensão, de integrantes dos grupos a que pertencem, buscarem recursos para satisfazer necessidades próprias à sua idade e convivência social.”

Nessas mudanças previstas para contexto educacional brasileiro, o Ministério da Educação (MEC), além da BNCC e da Reforma do Ensino Médio (REM), implementa, por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, a BNC-Formação, cujo objetivo principal é o de também traçar conteúdos mínimos a serem ensinados na busca de competências e habilidades necessárias para o exercício docente em consonância com a Base, zelando “pela aprendizagem dos alunos” (Brasil, 2019, p. 103).

A BNC-Formação vem como um documento basilar na formação inicial e continuada de professores de educação básica no intuito de aproximar o que é ensinado na escola com a realidade dos estudantes. Para isso, adota-se, em ambos os

*Dossiê “BNCC e BNC-Formação: reflexões para a formação docente de professores alfabetizadores e para o ensino de língua(gens) e literatura”*

Revista Trem de Letras	Alfenas, MG	V. 9	n.2	1-25	e022005	2022
------------------------	-------------	------	-----	------	---------	------



documentos, a aprendizagem por competências que, segundo Albino e Silva (2019, p. 140), “[...] é construção social e revela os interesses de quem utiliza nas mais diversas políticas educativas pelo mundo. É no território de disputa curricular que conferimos sentido às formas de designar “o que os sujeitos precisam conhecer e sob quais matizes”. Assim, há uma tessitura entre como será a formação de professores e alunos nos próximos anos.

Portanto, neste trabalho, o objetivo geral é apresentar um panorama sobre a BNCC, a BNC-Formação e a Reforma do Ensino Médio a fim de estabelecer um paralelo no perfil de docente e discente em formação. Ainda, pretendemos discutir quais são os principais impactos dessas alterações curriculares para a educação brasileira nos próximos anos.

Este texto terá o seguinte percurso: i) as considerações iniciais sobre o estudo; ii) a fundamentação teórica que versará sobre o panorama da história e implementação da BNCC, da BNC-Formação e da REM; iii) apresentação de possíveis pontos convergentes entre essas três alterações na educação e quais os reflexos delas para o futuro educacional; iv) as considerações finais e, por fim, v) as referências utilizadas neste artigo.

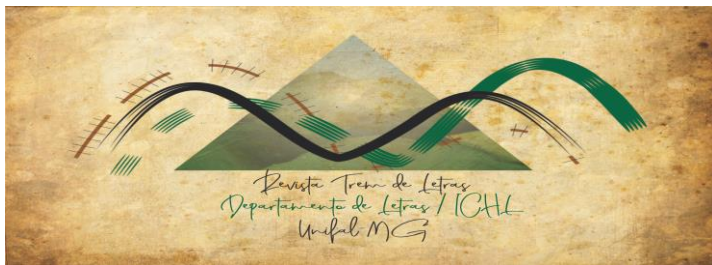
Na próxima seção, apresentaremos os fundamentos teóricos que embasam a nossa discussão em torno da BNCC, BNC-Formação e a Reforma do Ensino Médio.

## 1 Fundamentos teóricos

### 1.1 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a formação discente

*Dossiê “BNCC e BNC-Formação: reflexões para a formação docente de professores alfabetizadores e para o ensino de língua(gens) e literatura”*

Revista Trem de Letras	Alfenas, MG	V. 9	n.2	1-25	e022005	2022
------------------------	-------------	------	-----	------	---------	------



O PNE, em 2014, assumiu o compromisso de implementar uma base curricular comum, que seja nacional, e que atenda a uma formação construtiva, com conjuntos de aprendizagens essenciais ao qual todo aluno tem direito, respeitando as diversidades e as regionalidades presentes no Brasil. Assim, a educação brasileira começaria a alinhar-se com as exigências do mundo globalizado do século XXI e à educação de qualidade dos grandes centros mundiais.

Para redigir esse documento, os órgãos normativos que são responsáveis pela educação escolar - Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE), o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) - unem-se para começarem a formular a BNCC. Fonseca (2018, p. 22) apresenta que

O pacto nacional contou com um conjunto de interações situadas nos mais variados setores da política educacional. No desafio de elaborar uma política pública de currículo escolar para o Brasil, a União brasileira descentralizou seu trabalho de gestão e planejamento dando autonomia aos estados e municípios.

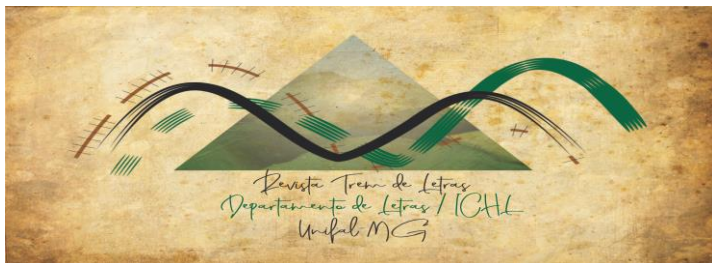
Mas, os trabalhos só começaram em 2015 de forma efetiva. Sabemos que o desafio de elaborar uma base nacional comum curricular é grande, pois é necessário entrar em alguns consensos políticos e partidários porque alguns processos e desejos são hegemônicos e neoliberais, porém não foi impossível. O processo de construção da BNCC, na primeira e segunda versões, foi dialogado.

Segundo dados do MEC, houve mais de 12 milhões de contribuições ao texto, com a participação de cerca de 300 mil pessoas e instituições. Contou, também, com pareceres de especialistas brasileiros e estrangeiros,

*Dossiê “BNCC e BNC-Formação: reflexões para a formação docente de professores alfabetizadores e para o ensino de língua(gens) e literatura”*

Revista Trem de Letras	Alfenas, MG	V. 9	n.2	1-25	e022005	2022
------------------------	-------------	------	-----	------	---------	------





associações científicas e membros da comunidade acadêmica. As contribuições foram sistematizadas por profissionais da Universidade de Brasília (UnB) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), e subsidiaram o MEC na elaboração da “segunda versão” (Aguiar; Dourado, 2018, p. 11).

O interessante a observar é que neste momento, diversas contribuições de grandes nomes da área da educação, professores de todas as redes de ensino, pais e alunos puderam contribuir na construção do texto e na discussão dessas versões. Porém, ainda havia lacunas a serem preenchidas que precisavam ser mais bem discutidas. De acordo com Aguiar e Dourado (2018, p. 11), “à ‘terceira versão’, encaminhada ao CNE, em abril de 2017, focalizando a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, sem a devida argumentação sobre o não atendimento legal ao excluir, dessa versão, o Ensino Médio”, criando, posteriormente, o movimento do novo EM.

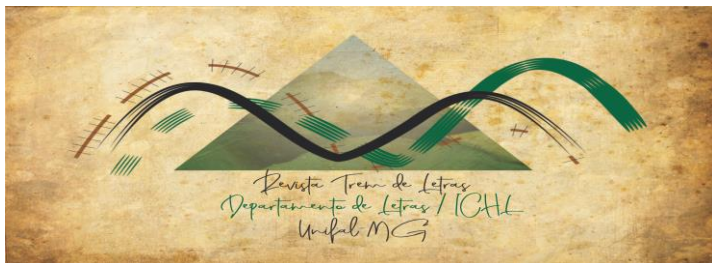
Conforme Fonseca (2018), o ano de 2017 foi um dos mais importantes para a educação brasileira, pois é quando houve a transição da segunda para a terceira e última versão da BNCC e com debates sobre a reforma do Ensino Médio, visto que a BNCC não havia conseguido abordá-lo em seu texto.

Ao levantar os equívocos que ainda permaneciam em alguns conteúdos de aprendizagem, foi necessário ajustar o texto à vista de uma terceira versão. Nesse período, o país vivia [e ainda vive] uma conturbada crise política quanto à presidência da república. Nas palavras de Rocha (2019, p. 87)

Em abril de 2017, após a presidenta Dilma Roussef ser forçada a deixar o governo, no governo do vice-presidente Michel Temer, o Ministério da Educação (MEC), liderado pelo Ministro José Mendonça Bezerra Filho, concluiu a sistematização e encaminhou a terceira e última versão ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

*Dossiê “BNCC e BNC-Formação: reflexões para a formação docente de professores alfabetizadores e para o ensino de língua(gens) e literatura”*

Revista Trem de Letras	Alfenas, MG	V. 9	n.2	1-25	e022005	2022
------------------------	-------------	------	-----	------	---------	------

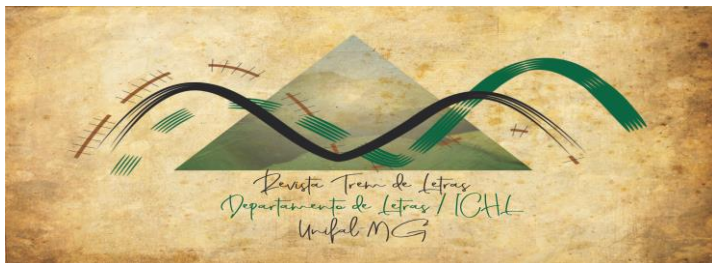


Então, em 22 de dezembro de 2017, o CNE apresentou a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que instituiu e orientou a implantação da Base Nacional Comum Curricular. Em apenas uma semana, a contar da última reunião do conselho responsável pelo texto, aconteceu a publicação desse documento, não havendo tempo hábil para acrescentar/reestruturar todos os ajustes antes propostos.

Não obstante, foi nesse cenário que a BNCC foi aprovada: em um “novo” governo que alteraria suas políticas públicas e educacionais, concedendo cortes em orçamentos que agravam o contexto educacional. A exemplo disso, podemos destacar a PEC n.º 241/55, aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado que congela, por vinte (20) anos, os gastos públicos com educação.

Por meio desses acontecimentos, a Base começou a ser vista como um produto hegemônico, neoliberal e que atenderá à formação dos estudantes para atender aos contextos mercadológicos. Para Macedo (2018, p. 28), “o sentido de seu destaque seria, talvez, apenas fortalecer o imaginário de controle necessário à implementação de um currículo formal centralizado”.

Essa centralização parte das alterações que aconteceram no texto da segunda versão para a versão final. O que se percebe é uma alteração significativa nas competências e habilidades antes propostas para aquelas mais “atuais”, que atendem às necessidades do mundo globalizado. Um exemplo a ser destacado é o excesso, em Língua Portuguesa, do conceito “multiletramento” e “letramento”, conforme apontam Azevedo e Damaceno (2017). Para as autoras, esse exagero “[...] não colabora com o trabalho do professor que pode estar pouco familiarizado com os termos” (Azevedo; Damaceno, 2017, p. 89). Ainda segundo elas, “embora coexistam várias concepções



de letramento, em nenhum momento o documento apresenta uma definição clara ou explicações detalhadas”.

Os reflexos dessas lacunas serão percebidos na escola, na sala de aula. Por mais que haja diferentes práticas pedagógicas oriundas daquilo que se preconiza na Base, quais serão os reflexos, na educação, de um documento que exige tanto das escolas e da sua comunidade escolar?

O modelo de uma aprendizagem por competências, segundo Albino e Silva (2019, p. 140), problematiza que há uma formação de “a) uma sociedade de indivíduos eficientes na engrenagem do sistema produtivo, b) movimento que enfoca a educação como adestramento, c) uma oportunidade de reestruturar os sistemas educacionais por dentro, superando o ensino centrado no conteúdo”.

Assim, questionamos: a quem a BNCC está servindo?

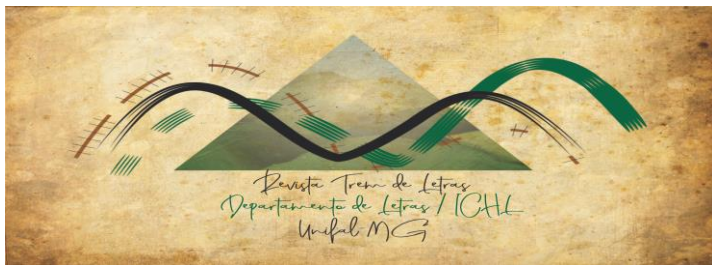
### 1.1.1 A serviço de quem está a BNCC?

A escola é uma comunidade composta por muitos sujeitos. Dentro dessa comunidade há um grupo especial, protagonista: os estudantes. É em torno deles que as ideias e as ações giram, direta ou indiretamente, na educação.

Reciprocamente, a escola é, também, o espaço social de formação desses sujeitos, onde eles estabelecem relações, contribuindo para a construção e fortalecimento desse espaço e dos outros sujeitos. Logo, não é apropriado subestimar a capacidade deles, como se fossem pessoas vazias que serão preenchidas pela escola com os mais diversos saberes, por um determinado período de tempo, de anos, diga-se de passagem, para, no fim, saírem de lá preparadas para a vida e, mais

*Dossiê “BNCC e BNC-Formação: reflexões para a formação docente de professores alfabetizadores e para o ensino de língua(gens) e literatura”*

Revista Trem de Letras	Alfenas, MG	V. 9	n.2	1-25	e022005	2022
------------------------	-------------	------	-----	------	---------	------



objetivamente, para o mercado de trabalho.

Nesse contexto, é importante considerar que a elaboração e aprovação da BNCC é um tema de tamanha relevância que afetará a vida de milhares de jovens. Foi principalmente por isso que, antes de sua aprovação, houve muita discussão e muitos argumentos contrários de parte significativa da sociedade, principalmente professores e pesquisadores, os quais deveriam ser os maiores possuidores de credibilidade, se nossa sociedade lhes atribuísse a devida valorização.

Uma das críticas se relaciona à vinculação da base às avaliações externas, como o PISA<sup>3</sup>. Por causa disso, os professores precisam centralizar o ensino nas matrizes de referência desses testes. O problema destacado pela comunidade acadêmica é que desse modo a dinâmica se inverte, já que o ponto de partida não são mais os projetos políticos pedagógicos, o que diminui bastante a função social da escola, que possui realidades extremamente diferentes num âmbito nacional.

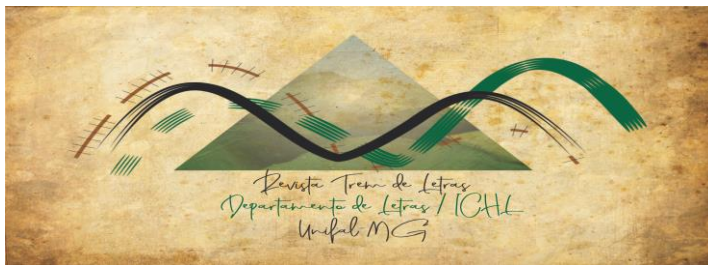
Silva & Paula (2019, p. 994) entendem o trabalho pedagógico como processo intencional e planejado, que contempla as categorias: objetivos, conhecimentos, métodos, avaliação e relação pedagógica professor-aluno, com vistas ao cumprimento das finalidades educativas previstas legalmente, mas que se ampliam a partir dos objetivos e metas dos projetos pedagógicos das escolas, construídos democrática e participativamente.

Nessa perspectiva chega-se a outra problemática: a legitimação do processo de mercantilização da educação pública. O receio é que com a aprovação e aplicação da Base se acentue a distinção de dois polos da educação brasileira: a continuidade de estudos na Educação Superior, destinando-se em sua maioria às elites, o que permite

<sup>3</sup> Programa Internacional de Avaliação de Alunos.

*Dossiê “BNCC e BNC-Formação: reflexões para a formação docente de professores alfabetizadores e para o ensino de língua(gens) e literatura”*

Revista Trem de Letras	Alfenas, MG	V. 9	n.2	1-25	e022005	2022
------------------------	-------------	------	-----	------	---------	------



a regressão da política de cotas, por exemplo; e a inserção no mundo do trabalho, destinando-se à classe popular trabalhadora, aos pobres. Assim, mantém-se e se amplia uma divisão desigual de acesso ao capital cultural, dificultando ainda mais a movimentação entre as classes.

Tem-se, ainda, a reforma do Ensino Médio articulada à BNCC, considerada um retrocesso na formação dos jovens, já que recupera princípios previstos na Reforma Capanema, da década de 1940 (ensino secundário), e na Lei nº 5.692/71, que tornou obrigatório o ensino profissionalizante para atender à necessidade de mais mão de obra no período em que o Brasil vivia o denominado “milagre econômico”. (Silva & Paula, 2019, p. 995)

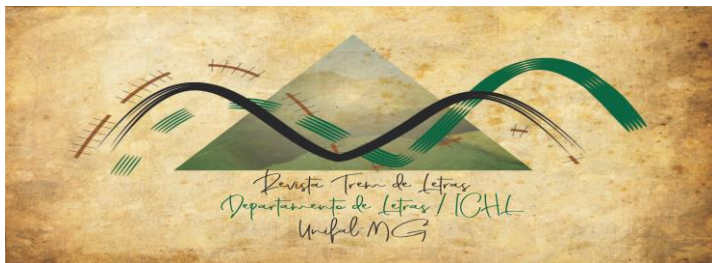
Sendo assim, entende-se que houve uma política vertical e hegemônica na aprovação da BNCC, principalmente porque contempla o neoliberalismo e distancia o que as pesquisas acadêmicas vêm tentando mostrar e validar: a construção de uma sociedade crítica por meio da educação, em que o mercado de trabalho é apenas uma das peças, e não o centro da nossa sociedade. Segundo Aguiar & Silva (2019, p. 150), esse tipo de condução é, na verdade, “pseudodemocracia”, em que a compreensão é “limitada de participação” ao mesmo tempo que “se configuram como referentes ‘essenciais’.

## 1.2 A BNC-Formação e a formação docente

Após a publicação e a homologação da BNCC, em dezembro de 2018, o Ministério da Educação apresentou o texto preliminar da Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica, a BNC-Formação. Este documento, segundo Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia (2020), foi elaborado a portas

*Dossiê “BNCC e BNC-Formação: reflexões para a formação docente de professores alfabetizadores e para o ensino de língua(gens) e literatura”*

Revista Trem de Letras	Alfenas, MG	V. 9	n.2	1-25	e022005	2022
------------------------	-------------	------	-----	------	---------	------



fechadas com o intuito de alinhar a formação dos professores aos novos preceitos da BNCC.

Sobre esse documento, Albino e Silva (2019, p. 144) assinalam que

Tal proposta, apresentada no Governo do Presidente Temer, retoma, em grande medida, princípios e medidas contidas na Resolução nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, do Conselho Pleno do CNE, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, Graduação Plena, aprovada ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que teve vigência até 2015. O documento reafirma a formação docente por competência, a necessidade da intensificação dos vínculos entre as instituições formadoras e a realidade escolar desde o início dos cursos de formação [...].

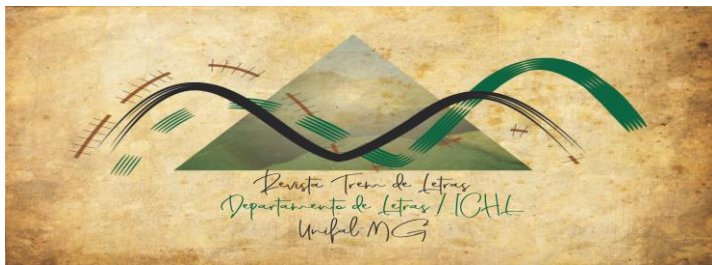
Percebemos que a formação docente também está pautada na Pedagogia das Competências. Essa proposta segrega a aprendizagem em blocos com foco na formação para a qualificação profissional, centrada na quantificação dos títulos e diplomas que atestam o domínio acadêmico-científico e que garantem a empregabilidade do trabalhador (Albino; Silva, 2019).

Desse modo, ao criar um documento norteador que impacta diretamente na formação docente e que vai ao encontro do que está proposto na formação discente, ambas por competências, busca-se, conforme Saviani (2008, p. 437), dotar os indivíduos de conhecimentos e comportamentos flexíveis que vão se ajustando às necessidades dos contextos em que ele vai se inserindo, deixando de lado a satisfação pessoal e profissional.

Nesse caminho, ainda segundo o autor, “[...] as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas. Sua satisfação deixou de ser um compromisso

*Dossiê “BNCC e BNC-Formação: reflexões para a formação docente de professores alfabetizadores e para o ensino de língua(gens) e literatura”*

Revista Trem de Letras	Alfenas, MG	V. 9	n.2	1-25	e022005	2022
------------------------	-------------	------	-----	------	---------	------



coletivo, ficando sob a responsabilidade dos próprios sujeitos que, [...], se encontram subjugados à ‘mão invisível do mercado’”.

A Matriz de Competências elaborada para a BNC-Formação, como dito, é baseada em competências que abrangem três grandes dimensões: conhecimento, prática e engajamento profissionais às respectivas áreas de formação. Cada uma dessas competências está atrelada às competências específicas e que se correlacionam com o que é proposto na BNCC.

Podemos destacar uma das competências gerais da BNC-Formação, cujo objetivo do docente é de

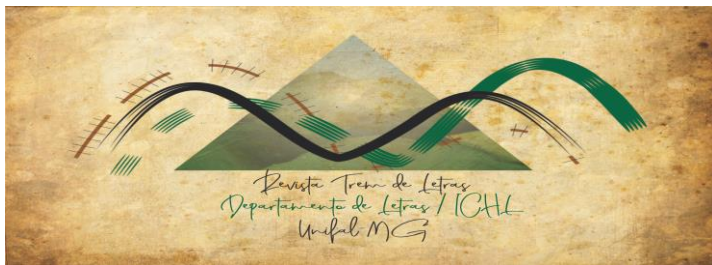
(BNC-01) “compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva” (Brasil, 2018b, p.16).

Na competência trazida em 01 (BNC-01), podemos perceber que o futuro professor deve estar preparado para enfrentar quaisquer realidades no processo de aprendizagem dos estudantes, colaborando com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Em contraponto, um dos objetivos da BNCC é a de unificar os conteúdos a serem aprendidos, respeitando as diversidades e as particularidades de cada contexto.

Entretanto, como estar preparado para especificidades sendo que “há mais de 190 mil escolas de Educação Básica espalhadas em diferentes regiões brasileiras e mais de 2 milhões de professores em atividade [...]”? (Azevedo; Damaceno, 2017, p.

*Dossiê “BNCC e BNC-Formação: reflexões para a formação docente de professores alfabetizadores e para o ensino de língua(gens) e literatura”*

Revista Trem de Letras	Alfenas, MG	V. 9	n.2	1-25	e022005	2022
------------------------	-------------	------	-----	------	---------	------



85). Como afirmar que os direitos dos discentes serão respeitados e os mesmos conteúdos e as mesmas aprendizagens serão garantidos?

Nesse cenário, a publicação de uma Base para a formação docente é justificada pela necessidade já prevista em uma das metas do PNE que é a melhoria da educação básica do país, pois os resultados das escolas brasileiras, nos exames de verificação de qualidade tanto nacional quanto internacional, estão cada vez mais baixos.

É interessante observar a culpa do Brasil ter baixos desempenhos nessas avaliações também é do professor, de acordo com o MEC. Esse profissional, por sua vez, tem uma importância fundamental no “desempenho dos alunos e a necessidade da implementação da BNCC” (Aguiar; Silva, 2019, p. 146).

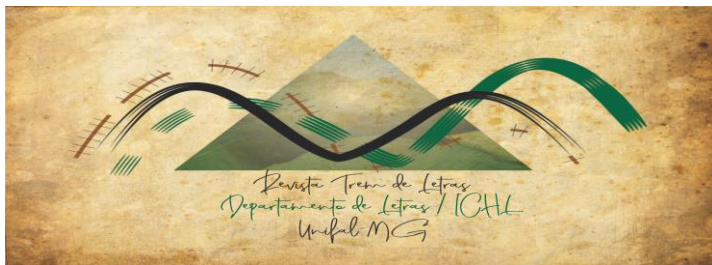
Nesse sentido, conforme apontam as autoras citadas anteriormente, as principais alterações no documento estão nas formações inicial e continuada, nos instrumentos de avaliação e de certificação dos docentes e uma nova proposta para o curso de Pedagogia. Na formação inicial, as principais alterações estão na adequação dos estágios supervisionados e ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Conforme a proposta, a formação deverá ser sustentada nos seguintes princípios: visão sistêmica da formação de professores, que deve articular formação inicial, continuada e carreira; colaboração entre instituições formadoras, redes de ensino e escolas de educação básica; formação com foco na prática de sala de aula; importância do conhecimento pedagógico do conteúdo; e formação integral do professor – competências, habilidades e valores (Brasil, 2018b).

Já sobre a formação continuada, o texto da BNC-Formação expõe que haja valorização docente por meio da ascensão na carreira por meio de avaliações também ao professor. Ainda, o fortalecimento das iniciativas dos governos e das secretarias de

*Dossiê “BNCC e BNC-Formação: reflexões para a formação docente de professores alfabetizadores e para o ensino de língua(gens) e literatura”*

Revista Trem de Letras	Alfenas, MG	V. 9	n.2	1-25	e022005	2022
------------------------	-------------	------	-----	------	---------	------





educação estaduais, distrital e municipais, reduzindo a responsabilidade do Governo Federal no que tange essa especificidade.

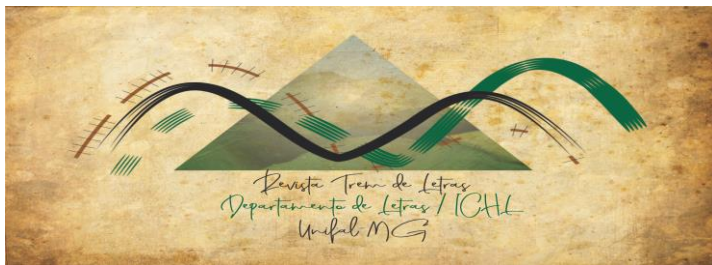
Continuando tais reflexões, na próxima seção abordaremos sobre a reforma do Ensino Médio e suas implicações na educação brasileira.

### 1.3 A reforma do Ensino Médio (“novo” ensino médio)

Com a publicação da Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, o cenário educacional brasileiro iniciou a passagem por grandes e significativas mudanças em 2020. A referida lei trata da **Reforma do Ensino Médio (REM)**, que visa oferecer oportunidades, aos estudantes, de uma formação integral no que tange, principalmente, a uma possível formação profissional.

É interessante pensar no léxico “novo” que suscita a pressuposição de que há algo velho, que precisa ser modificado; esse, ainda, está associado ao léxico “implementação”, com o sentido de colocar em prática, executar um projeto, uma tarefa. Partindo desse comentário primário, podemos observar que há um discurso propositado, incorporado, que busca uma emancipação há anos e que não obteve sucesso em diversos governos, mas que, agora, esse irá transformar a realidade.

Nesse viés, Horta (1998), ao citar Bobbio (1992), afirma que “o problema mais grave, hoje, não é o de fundamentar os direitos do homem, e sim o de protegê-los”. Essa ideia, mesmo que seja dos anos 90, faz-nos refletir a realidade em que vivemos hoje. Todas as (possíveis) reformas, ditas necessárias, são um afronte e uma violação aos direitos humanos, visto que as políticas públicas estão sendo direcionadas por um



(des)governo que vai na contramão de qualquer política pedagógica que leve em consideração o papel do conhecimento científico na formação humana.

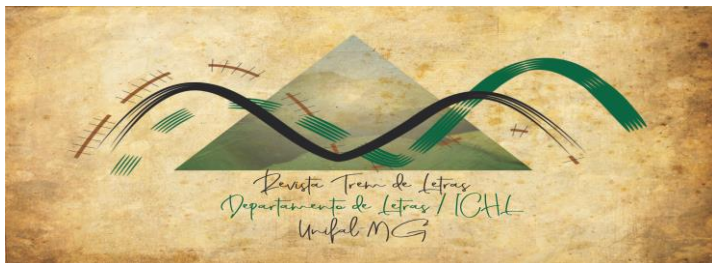
Nessa visão, Geraldi (2015, p. 126) assinala que

o sistema educacional brasileiro vem sofrendo as consequências de uma vontade de mudança que não mais se expressa, como no período imediatamente anterior (mais ou menos dos anos 1980 à eleição de FHC, ou seja, desde o começo da redemocratização até a elevação do modelo neoliberal a carro-chefe das políticas públicas), pela convocação à participação na reflexão sobre as práticas pedagógicas de todos os segmentos escolares, mas pelos inúmeros documentos oficiais que pretendem implantar novas perspectivas para essas práticas, independentemente das possibilidades reais que as escolas e os professores têm para concretizar tais mudanças.

Partindo desse pensamento, é notória, no contexto atual, a intenção de moldar a formação dos indivíduos por meio da retomada de concepções técnicas, industriais, administrativas, governamentais, motivados pela iniciativa privada, para formar “cidadãos padronizados”, preparados para o trabalho.

Deposita-se tanto em uma elaboração de uma base que minimize as distâncias do que se aprende por todo o país (ou, até mesmo, em outros países) e, ainda, crê-se tanto em uma forma do EM com o intuito de propiciar uma formação para vida, pessoal e profissional. Entretanto, questões tão relevantes não são trazidas para problematização ou reflexão, sendo, além dessas e outras questões, uma negação ao direito à educação (inclusive, ao excluírem o EM noturno, EM EJA etc.).

Segundo Ferretti (2018, p. 39), “é necessário que o estudo das políticas educacionais considere o papel da ideologia, entendida não no sentido de visão distorcida da realidade, mas como ‘forma específica de consciência social,



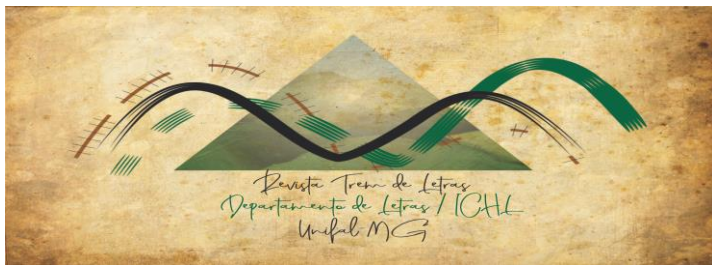
materialmente ancorada e sustentada”, pois essas são moldadas e pensadas a partir das necessidades sociais e não de interesses políticos.

#### 1.4 O que essas três propostas de alteração curricular têm em comum?

Conforme Tedesco e Schwengber (2020), todos buscamos uma educação de qualidade em que os cidadãos possam se preparar para o futuro a fim de que consigam uma boa posição no mercado de trabalho, um bom emprego e se tornem pessoas de sucesso. Não obstante, também queremos uma educação em que os sujeitos possam desenvolver suas capacidades linguísticas, de pensamento e ações reflexivas, críticas e discursivas para utilizá-las em diferentes contextos, em diferentes situações.

Ainda segundo os autores, todas essas utopias reforçam o papel do Estado, que é o de oferecer uma “uma educação pública que se adeque às exigências e às necessidades da sociedade civil (a ocupação do espaço público por grupos e corporações privadas, pretendem criar condições para a profissionalização)” (Tedesco; Schwengber, 2020, p. 3).

Partindo desses pensamentos, é possível observar que os documentos oficiais que regem o ensino no Brasil, tais como a Constituição Federal de 1988, a Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) e o PNE de 2014, visam definir o que deve ser aprendido em cada etapa de escolarização por quaisquer cidadãos brasileiros. Dessa forma, busca-se garantir uma igualdade de oportunidades a toda população, incitando uma qualidade elevada na formação discente e na valorização dos profissionais da área.



Entretanto, a BNCC surge em um cenário de grandes discussões sobre como melhorar a educação brasileira, pois há o descortinamento da realidade escolar com os repetidos baixos níveis em, principalmente, Matemática, Ciências e Língua Portuguesa dos estudantes brasileiros no PISA.

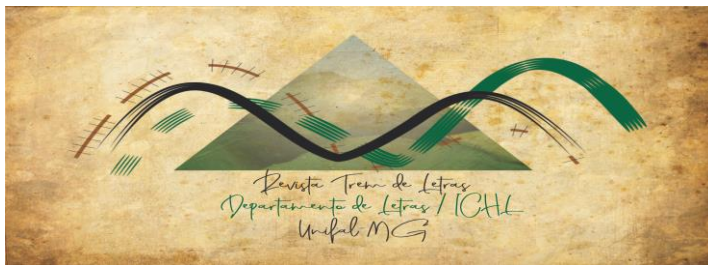
Com esses maus desempenhos, outros problemas começam a ser discutidos no país “como a crise do capitalismo e formação para um mercado competitivo e de sustentação do capital” (Albino; Silva, 2019, p. 138), que acabam buscando alternativas para melhorar essas condições. Para os governantes, uma das formas possíveis de minimizar esses problemas é por meio de alterações curriculares que buscam definir e propor qual é o tipo de formação humana que se pretende para o país.

### Considerações finais

Entendemos que é preciso mudanças se quisermos melhorias significativas na educação básica brasileira e concordamos com a ideia de que a BNCC é uma tentativa. As críticas trazidas aqui, porém, se deram no sentido de reconhecer que é um desafio elaborar uma base nacional comum curricular, uma vez que é necessário entrar em alguns consensos políticos e partidários. No entanto, ao nosso ver essa elaboração se deu com base em processos e desejos hegemônicos e neoliberais, direcionando a formação dos estudantes para atender aos contextos mercadológicos. Afinal, a publicação do documento aconteceu em apenas uma semana, a contar da última reunião do conselho responsável pelo texto, não havendo tempo hábil para acrescentar/reestruturar todos os ajustes antes propostos.

Nesse sentido, elucidamos aqui algumas lacunas presentes na BNCC e também na BNC-Formação e na Reforma do Ensino Médio, levantando discussões acerca do *Dossiê “BNCC e BNC-Formação: reflexões para a formação docente de professores alfabetizadores e para o ensino de língua(gens) e literatura”*

Revista Trem de Letras	Alfenas, MG	V. 9	n.2	1-25	e022005	2022
------------------------	-------------	------	-----	------	---------	------



viés político-econômico que está por trás para, principalmente, fomentar o olhar crítico na busca de possíveis saídas para que tais lacunas sejam preenchidas, visando à qualidade da educação.

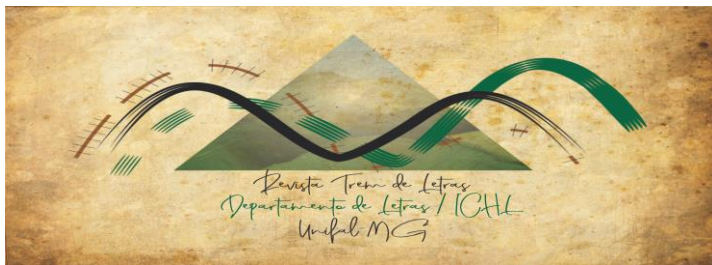
Para isso, apresentamos um panorama sobre essas alterações curriculares a fim de estabelecer um paralelo no perfil de docente e discente em formação. Relacionamos também alguns impactos dessas alterações curriculares para a educação brasileira nos próximos anos.

O fato de o MEC relacionar o problema da educação brasileira de acordo com o resultado de testes externos padronizados, em uma comparação com a educação de grandes países, como Estados Unidos, Finlândia, Xangai e Coreia do Sul, é entendido por nós como uma tentativa de uniformizar, estruturalmente, nossa educação, sem levar em consideração, primeiramente, a grande diversidade, dada a extensão continental do Brasil, e também que há outros problemas complexos envolvidos em nosso país, diretamente relacionados à desigualdade social, bem como a falta de investimento em infraestrutura adequada às escolas, melhores condições trabalhistas dos professores etc. Assim, revela-se que a flexibilização do currículo, a qual visa a uma formação profissional, configura-se como uma resolução parcial do problema.

Esperamos que este trabalho possa ajudar na busca por respostas às questões relacionadas aos possíveis reflexos, na educação, de um documento que exige tanto das escolas e da sua comunidade escolar; à legitimação do processo de mercantilização da educação pública; à retomada do ensino profissionalizante para atender à necessidade de mais mão de obra, negando a satisfação pessoal dos estudantes, deixando de ser um compromisso coletivo, e negando também o direito à educação ao se excluir o EM noturno e EM EJA, por exemplo; ao distanciamento do

*Dossiê “BNCC e BNC-Formação: reflexões para a formação docente de professores alfabetizadores e para o ensino de língua(gens) e literatura”*

Revista Trem de Letras	Alfenas, MG	V. 9	n.2	1-25	e022005	2022
------------------------	-------------	------	-----	------	---------	------



que as pesquisas acadêmicas vêm tentando mostrar e validar: a construção de uma sociedade crítica por meio da educação e, por fim, a como estar preparado para especificidades, sendo que há um número extenso de escolas de Educação Básica espalhadas em diferentes regiões brasileiras e milhões de professores em atividade.

Nosso desejo é que haja o fortalecimento das iniciativas dos governos e das secretarias de educação estaduais, distrital e municipais, sem que haja, porém, redução da responsabilidade do Governo Federal. Não desconsideramos que todos buscamos uma educação de qualidade em que os estudantes possam se preparar para o futuro a fim de que consigam uma boa posição no mercado de trabalho, um bom emprego e se tornem pessoas de sucesso.

Entretanto, também queremos uma educação em que os sujeitos possam desenvolver suas capacidades linguísticas, de pensamento e ações reflexivas, críticas e discursivas para utilizá-las em diferentes contextos, em diferentes situações, para serem lidos e ouvidos enquanto cidadãos. Queremos a garantia de uma igualdade de oportunidades a toda população, incitando uma qualidade elevada na formação discente e na valorização dos profissionais da área.

## Referências

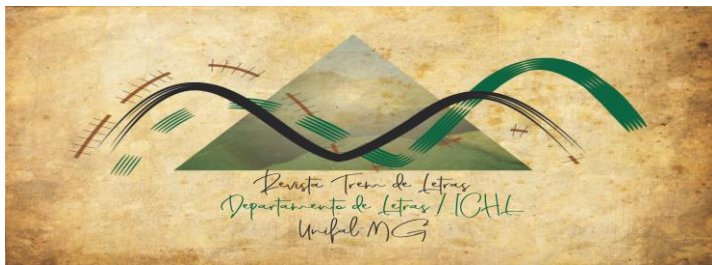
AGUIAR, Márcia Ângela da S.; DOURADO, Luís Fernandes. (Orgs). A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018.

ALBINO, Ângela Cristina Alves; SILVA, Andréia Ferreira da. BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 13, n. 25, p. 137-153, jan./mai. 2019.

AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de.; DAMACENO, Taysa Mercia dos S. Souza. Desafios da BNCC em torno do ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica.

*Dossiê "BNCC e BNC-Formação: reflexões para a formação docente de professores alfabetizadores e para o ensino de língua(gens) e literatura"*

Revista Trem de Letras	Alfenas, MG	V. 9	n.2	1-25	e022005	2022
------------------------	-------------	------	-----	------	---------	------



Revista de Estudos de Cultura, n. 7, jan. abr., 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica. 2018b.

Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia. Categoria: BNC Formação de Professores. Disponível em: <<https://exnepe.org/category/bnc-formacao-de-professores/>> Acesso em 15 mar. 2021.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estud. av.*, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 25-42, Ago. 2018. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142018000200025&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000200025&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 15 mar. 2021.

FONSECA, Daniel José Rocha. Análise discursiva sobre a Base Nacional Comum Curricular. Dissertação (Mestrado em Educação). Jataí: Universidade Federal de Goiás, 2018.

GERALDI, João Wanderley. O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular. *Retratos da Escola: Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce)* – v.9, n.17, jul./dez. 2015.

HORTA, José Silverio Baia. Direito a educação e obrigatoriedade escolar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 104, p.5-34, jul. 1998.

MACEDO, Elizabeth. “A Base é a Base”. E o currículo é o quê? In: AGUIAR, Márcia Ângela da S.; DOURADO, Luís Fernandes. (Orgs). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018.

SAVIANI, D. História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados. 2008.

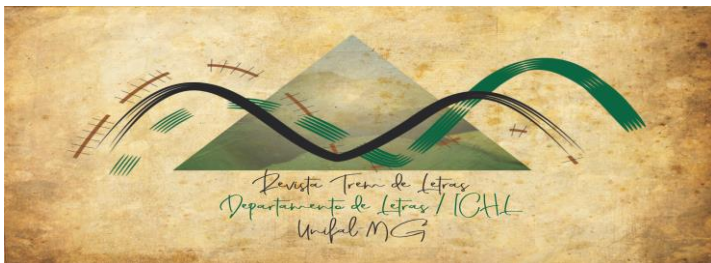
SILVA, Edileuza F.; PAULA, Alessandra V. de. BNCC do Ensino Médio e trabalho pedagógico da escola: propostas da audiência pública de Brasília. In: *Currículo sem Fronteiras*, v. 19, n. 3, p. 992-1010, set./dez. 2019. ISSN 1645-1384 (online).

ROCHA, Joelma de Souza. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC): ensino de Língua e Política Linguística. Dissertação (Mestrado). Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2019.

TEDESCO, Anderson Luiz.; SCHWENGBER, Ivan Luís. De Husserl a Freire: reflexões sobre o conceito de competência na Base Nacional Comum Curricular. *Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 5, e2015157, p. 1-12,

*Dossiê “BNCC e BNC-Formação: reflexões para a formação docente de professores alfabetizadores e para o ensino de língua(gens) e literatura”*

Revista Trem de Letras	Alfenas, MG	V. 9	n.2	1-25	e022005	2022
------------------------	-------------	------	-----	------	---------	------



Departamento de Letras  
Instituto de Ciências Humanas e Letras  
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG –  
CEP 317131-001 - Brasil

2020.

*Dossiê “BNCC e BNC-Formação: reflexões para a formação docente de professores alfabetizadores e para o ensino de língua(gens) e literatura”*

Revista Trem de Letras	Alfenas, MG	V. 9	n.2	1-25	e022005	2022
------------------------	-------------	------	-----	------	---------	------





## BNCC, BNC-in teacher training and high school reform: what do these three curricular change proposals have in common?

Henrique Campos Freitas

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Universidade de Uberaba – UNIUBE

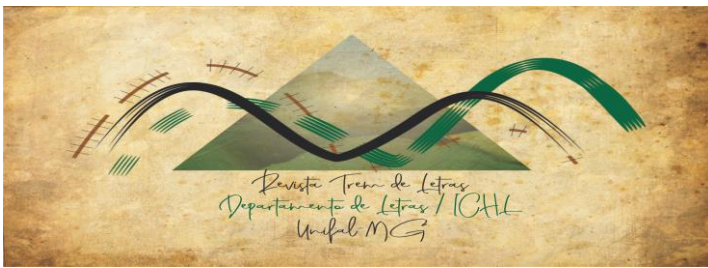
Fernanda Júnia Aparecida Teixeira da Conceição

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

### Abstract

This article looks at the “Base Nacional Comum Curricular” (BNCC), which has its initial proposal to establish knowledge, skills, and abilities to students, from a critical perspective, since behind its approval there are political and economic interests. The general objective is to present an overview of BNCC, BNC-Teacher Training, and High School Reform, to establish a parallel in the profile of teachers and students in training. We also discussed the main impacts of these curricular changes for Brazilian education in the coming years, as well as presenting the theoretical foundation on the panorama of the history and the implementation of these changes, possible convergent points, and the reflexes for the educational future.

**Keywords:** BNCC. BNC-Teacher training. High School Reform.



## BNCC, BNC-Formação y reforma de la secundaria: ¿qué tienen en común estas tres propuestas de modificación curricular?

Henrique Campos Freitas

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Universidade de Uberaba – UNIUBE

Fernanda Júnia Aparecida Teixeira da Conceição

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

### Resumen

Este artículo observa la Base Nacional Común Curricular (BNCC), que tiene como propuesta inicial establecer conocimientos, competencias y habilidades a los estudiantes, por una perspectiva crítica, una vez que por detrás de su homologación hay intereses políticos y económicos. El objetivo general es presentar un panorama acerca de la BNCC, la BNC-Formación y la Reforma de la secundaria, a fin de establecer un paralelo en el perfil de docente y discente en formación. Discutimos, también, los principales impactos de esas alteraciones curriculares para la educación brasileña en los próximos años, bien como presentamos la fundamentación teórica acerca del panorama de la historia e implementación de esas alteraciones; posibles puntos convergentes y los reflejos para el futuro educacional.

**Palabras clave:** BNCC. BNC-Formación. Reforma de la secundaria.